



Secretário da AIM: Alexandre Rocha Maia

Nos termos de seu estatuto, a Associação da Igreja Metodista é uma organização religiosa de fins não econômicos. Trata-se de pessoa jurídica de direito privado constituída conforme a legislação civil, por tempo indeterminado, com a finalidade de manter e orientar a administração patrimonial e econômica da Igreja Metodista (igrejas locais, regionais e instituições). A AIM tem sua sede na Av. Piassanguaba, nº 3031, no bairro do Planalto Paulista na cidade de São Paulo/SP. É dirigida por um Conselho Diretor – constituído dos mesmos componentes da COGEAM, e tem como órgão executivo uma Secretaria Executiva Geral. O secretário executivo geral é o representante legal da AIM, eleito pelo Conselho Diretor para representa-la civil, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente.

Dentro dessa perspectiva, no exercício das suas prerrogativas, o secretário executivo realizou as seguintes tarefas no quinquênio, conforme os tópicos a seguir, considerando o período de pandemia em que estivemos envolvidos a partir de 2020, bem como as necessidades surgidas a partir da decisão quanto aos procedimentos para recuperação judicial das Instituições Metodistas de Educação:

Certidão negativa de débito – CND: Nos períodos anteriores, a obtenção e renovação da CND era uma constante. Ocasionalmente surgiam pendências que eram solucionadas com brevidade, desta forma, não tínhamos prejuízo quanto às movimentações dependentes daquele documento. Porém, neste período, fomos alcançados por uma dívida do IEP, em razão de sermos avalistas enquanto AIM. Com o processo de recuperação judicial e a impossibilidade de negociação da dívida pela instituição de educação, não se conseguiu a renovação da certidão até o momento. Aqui, vale também ressaltar que continua, como em períodos anteriores, a necessidade de regularização imobiliária para fins de total controle desse patrimônio da Igreja Metodista. O processo já fora iniciado e é realmente longo, bem como de alto custo financeiro para a Igreja, porém, é um processo fundamental.

Processos judiciais: Tivemos poucos processos judiciais externos no período com relação a demandas contra a AIM. O principal, que é de 2015 mas se encerrou em 2021 foi uma reclamação trabalhista conforme os dados abaixo, em que houve a condenação da AIM, devidamente suportada pela 5ª RE por se tratar de pastor que exercia suas funções na jurisdição daquela Região:

Processo nº 0011531-11.2014.5.15.0015

Reclamante: Leonidas da Cruz Machado

Reclamadas: Associação da Igreja Metodista; Instituto Metodista de Ensino Superior; Associação da Igreja Metodista – 5ª Região Eclesiástica; Associação Metodista de Educação e Ações Sociais - AMAS



Acompanhamento de bloqueios de valores em contas bancárias em processos judiciais, mediante solicitação das Regiões Eclesiásticas e Missionárias, bem como da FaTeo, da Voz Missionária e da Confederação de Mulheres, sobretudo decorrentes das reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários das IMES. Aliás, a questão judicial que envolveu a Igreja e suas Instituições de Educação tomou proporção bastante elevada entre 2018 e 2019, devido a forma como se operou a grande carga de demissões feitas pela gestão da RME à época. A partir de então, sobretudo devido ao grande número de audiências, o secretário executivo da AIM esteve, como preposto da sede nacional bem como das Regiões Eclesiásticas e Missionária, presente na grande maioria das audiências trabalhistas realizadas nos processos relativos ao IMS, tanto presencialmente no fórum trabalhista de São Bernardo do Campo e nos dissídios coletivos na sede do TRT 2 em São Paulo, como nas audiências telepresenciais iniciadas e mantidas por todo o período de pandemia. Além dos processos em trâmite no TRT 2, vale salientar o acompanhamento de audiências de mediação junto ao TRT4 (RS), sobretudo relativamente a 3 processos movidos pelo sindicato dos professores do Rio Grande do Sul contra nossas instituições no Estado, com sessões bastante longas – algumas com mais de 2 horas.

Importante dizer que, por decisão da COGEAM e CE, as informações sobre as várias ações trabalhistas e os procedimentos de recuperação judicial foram concentradas na AIM a partir de comunicação ajustada com o jurídico da RME, visando procedimentos adequados no sentido de se evitar perdas de audiências bem como para se ter acesso a informações sobre bloqueios de valores em contas bancárias na sede nacional e regiões.

Administração da sede nacional em conjunto com a secretaria de Vida e Missão e Tesouraria, sobretudo com participação direta na elaboração do planejamento quanto ao funcionamento da sede nacional da Igreja Metodista durante todo o período de pandemia.

Regiões: apoio às Regiões Eclesiásticas e Missionárias em termos de assessoria jurídica, bem como para obtenção de documentos, como procuração, certidões de procuração, certidões de atas e outros documentos diversos, bem como orientação para tratativas imobiliárias, no tempo em que foram possíveis anteriormente aos procedimentos de recuperação judicial, além de orientações relativas a processos judiciais de forma geral.

Processos judiciais internos: participação em sessão da CGCI, representando o presidente do CE, bispo Luiz Vergílio e o bispo Roberto Alves, relativamente a ação movida por Neiva Brum (7ª RE); participação, como consultor e assessoria, em comissões de sindicância e de disciplina designadas em processos diversos durante todo



o período; representação jurídica do CE nas Ações Declaratórias nº 42/2020 e nº 43/2020, bem como na Ação Cautelar 04/2017 e na Ação de Inconstitucionalidade nº 36/2020 e por ocasião da elaboração das defesas bem como nas sessões de julgamento pela CGCJ, além dos Recursos 54/2021, Agravo 54/2021, Agravo 58/2021, Consulta de Lei 60/2021 e Recurso 62/2021; promotor designado na ação disciplinar movida por Giuliano Athayde Trindade contra o bispo Emanuel Adriano Siqueira da Silva.

Contratos: No período mencionado, assim como nos anteriores, fez-se a revisão e rescisão de contratos antigos, foram elaborados/analisados e assinados novos contratos para manutenção e adequação de serviços na Sede Nacional, especificamente quanto a: internet, sistema de iluminação de emergência, manutenção de equipamentos de segurança eletrônica, prestação de serviços advocatícios, produção, distribuição e comercialização de revistas de Escola Dominical, locação de máquinas impressoras multifuncionais, prestação de serviços de auditoria independente, prestação de serviços de diagramação, criação e editoração de materiais vinculados a AIM.

Assinatura como anuente, em contrato particular de locação de espaços no Centro de Convivência da Universidade Metodista de São Paulo; assinatura de adendos contratuais para renovação anual de locação comercial dos imóveis em que estão estabelecidas unidades da Rede Metodista de Educação; assinatura, como fiador, de contratos de empréstimos celebrados por instituições que compõem a RME.

Procurações: foram retificadas e assinadas novas procurações para os/as Secretários/as Executivos/as Regionais, tesouraria da AIM, Faculdade de Teologia, Voz Missionária, Confederação de Mulheres, Confederação de Homens, Confederação de Jovens e Projeto Sombra e Água Fresca.

Materiais Metodistas: Acompanhamento dos materiais no que tange a registros de marca e direito autoral, através de empresas especializadas, mantendo a regularidade de processo.

Acompanhamento jurídico da Angular Editora, como departamento editorial da AIM, concebido para abraçar todos os “selos editoriais” da Igreja”. Ressalte-se que, dados os relatórios de Tesouraria e Conselho Fiscal, a situação do departamento editorial da Igreja deve ser revisto. Cada vez mais, torna-se imprescindível a separação jurídica com relação a AIM, o que se deve encaminhar através de constituição de personalidade jurídica autônoma com CNPJ próprio para a Angular.

Reuniões: com representantes jurídicos das Igrejas Protestantes Históricas, ao menos duas vezes a cada ano no início do quinquênio até 2019, dando suporte ao grupo de presidentes; com Secretários/as Executivos/as Regionais e respectivos/as tesoureiros/as anualmente, de forma presencial e, posteriormente, de forma telepresencial; com a diretoria geral da RME e grupos de trabalho envolvidos diretamente com os procedimentos de recuperação judicial; para assessoria ao projeto



Sombra e Água Fresca; como mediador, junto como o bispo Roberto Alves, em questão que envolvia a 1^a e 7^a Regiões Eclesiásticas.

Desta forma, encerro o presente relatório agradecendo a minha esposa, Anna Alessandra, e aos meus filhos Anna Julia e Lucas Matheus, que têm sido sustentáculo em toda essa missão – as lutas só foram enfrentadas porque vcs estavam por perto. Além disso, por razões sobrenaturais, agradeço aquele que tem me sustentado, que tem dado força e discernimento, continua investindo em mim com Seu amor e tem me capacitado para manifestar testemunho onde quer que eu esteja. Todas as lutas vencidas só o foram porque o meu Deus estava junto. A Ele toda a glória e toda a honra.